



Lula e Popó durante encontro com artistas, intelectuais e esportistas, no Rio, 17/10 (Foto: R. Stuckert)

Em pauta

A "desorganização" tucana do ensino

O boletim Antivírus já abordou, em sua edição 54, o programa de Lula para a educação. Mostramos que Alckmin faz propaganda enganosa, quando elogia seu desempenho nesta área.

Um bom exemplo disto é o "Programa de Reorganização das Escolas da Rede Pública Estadual de São Paulo", instituído pelos tucanos por meio do Decreto 40.473, de 21.11.95.

Este programa estabeleceu que a partir de 1996 o ensino na rede pública paulista passaria a ser oferecido em escolas separadas em quatro tipos: escolas exclusivas para alunos de 1ª a 4ª séries do ensino fundamental; escolas exclusivas para alunos de 5ª a 8ª séries do ensino fundamental; escolas para alunos de 5ª a 8ª séries do ensino fundamental e do ensino médio; e escolas para alunos do ensino médio.

[Veja os argumentos apresentados à época pelos tucanos e a contestação, também à época, dos professores, educadores, pais de alunos e alunos.](#)

A inconsistência dos argumentos tucanos encobria o verdadeiro e único objetivo: a municipalização da educação. Que visava transferir para os

municípios os encargos e as preocupações, sem transferir os meios e os recursos..

A municipalização do estado de São Paulo

O Decreto 40.673, de 16/02/96, que instituiu o Programa de Ação de Parceria Educacional Estado-Município para atendimento do ensino fundamental, autorizava a Secretaria Estadual de Educação a assinar convênios de municipalização do ensino fundamental, parcial (da 1ª a 4ª séries) ou total (da 1ª a 8ª séries).

Os argumentos para o estabelecimento dos convênios eram, entre outros: o fortalecimento do Poder Municipal, o controle das atividades pelas comunidades locais e a descentralização da gestão educacional.

Na verdade, a descentralização administrativa, o controle e a participação social podem ocorrer com ou sem municipalização.

Acontece que, para o governo do PSDB, o que interessava era transferir responsabilidades; o resto era mero pretexto.

Para descentralizar poder e atividades, bem como estabelecer canais de participação social, é preciso vontade e políticas com esses objetivos.

A municipalização, da maneira como foi concebida e implementada pelos governos tucanos, tornou-se pura e simplesmente um mecanismo de transferência de responsabilidades, muito diferente da experiência ocorrida na Saúde, onde existe um Sistema Único de gestão e controle social, com responsabilidades definidas, inclusive orçamentárias.

O que se conseguiu com a municipalização tucana, associada à política de focalização realizada pelo governo de FHC, foi forçar os municípios a deixar de lado o atendimento à educação infantil e à educação de jovens e adultos.

A reforma da Constituição, por meio da emenda 14 e da lei que instituiu o FUNDEF, foram concretizadas em perfeita sintonia com as medidas adotadas pelo PSDB no estado de São Paulo.

As medidas foram implantadas de maneira autoritária e prepotente, sem debate com a sociedade sobre as medidas que, na verdade, tinham por objetivo fundamental diminuir a participação do governo estadual no financiamento da educação pública.

Conseqüências da municipalização tucana

Como resultado, houve uma ampliação do atendimento ao ensino fundamental, sem a correspondente ampliação da educação infantil e do ensino médio.

A participação do Estado de São Paulo no atendimento ao ensino fundamental diminuiu.

Em 1995, o Estado tinha 5.263.112 alunos matriculados no ensino fundamental; em 2005, 2.954.426. Por outro lado, as matrículas no Ensino Médio diminuíram também, de 1.720.174 em 1999 alunos matriculados para 1.636.359 em 2005.

As matrículas no ensino médio diminuíram em 127.000 de 2004 para 2005, conforme dados do INEP.

O número de integrantes do quadro de magistério diminuiu. Em 1995 o quadro era formado por 261.473 professores e em 2005 por 237.697.

Foram fechadas 120 escolas e centenas de salas de aula e demitidos cerca de 50 mil professores.

A política do PSDB comprometeu a qualidade da educação

A péssima qualidade da educação oferecida pela rede estadual de São Paulo decorre, entre outras, das seguintes razões:

- a) a preocupação em diminuir os gastos com a educação e a política de focalização no ensino fundamental com ênfase no atendimento à demanda;
- b) a desvalorização salarial dos professores (o salário médio de professores com formação de nível médio é de R\$ 668,09 e de professores com formação universitária R\$ 835,12);
- c) o plano de cargos e salários (encaminhado em 1997 à Assembléia Legislativa), que ignorou a maioria das reivindicações dos educadores e intensificou a política de abonos, gratificações e achatamento salarial;
- d) a reorganização da grade curricular entre 1995 e 1998, que ocasionou a diminuição de disciplinas e demissão de professores;
- e) a falta de uma política de formação articulada com o trabalho pedagógico nas escolas, voltado ao desenvolvimento do projeto político pedagógico das unidades e do currículo;
- f) reuniões pedagógicas sem preparação e continuidade, a falta de participação na elaboração do trabalho pedagógico realizado nas escolas;
- g) a focalização do trabalho pedagógico em Português e Matemática no caso das quatro primeiras séries do ensino fundamental;
- h) a ausência de um processo de investigação e avaliação contínuo sobre as necessidades culturais e cognitivas dos alunos e a política de aprovação automática, sem que significasse aprendizagem e desenvolvimento de construção de conhecimento.

No governo tucano do estado de São Paulo, não houve e não há uma política de valorização da qualidade no ensino.

Não há uma política efetiva de formação dos educadores.

Não há uma política de formação que esteja articulada à construção do projeto político-pedagógico das escolas.

A jornada dos professores não permite que exista trabalho coletivo nas escolas.

Os professores ganham mal e não foram valorizados, tendo pouco tempo para as reuniões pedagógicas.

As reuniões que acontecem não têm continuidade, não tem registro, não têm o devido acompanhamento por parte da Secretaria da Educação, que em nome da ?autonomia? não contribui para o aperfeiçoamento da política pedagógica nas escolas.

Os currículos não têm sido objeto de discussão permanente nas escolas.

Não há uma política responsável de avaliação continuada, articulada com o desenvolvimento do currículo e de medidas que possam superar as dificuldades dos alunos e das escolas.

A Secretaria não investiu em uma política sistemática de manutenção e provimento de materiais das escolas.

A Secretaria não investiu numa política de acesso à tecnologia articulada ao projeto pedagógico.

Não há uma política específica para os cursos noturnos e que amplie e valorize a educação de jovens e adultos.

Não há e não houve uma política que desse suporte às escolas para que pudessem enfrentar os problemas e as questões ligados à violência.

Além disso, de acordo com informações da imprensa, a proposta orçamentária enviada à Assembléia Legislativa no último dia 29.09.06 prevê uma diminuição de recursos de R\$ 347 mil, redução suficiente para comprometer a realização da ronda escolar em todas as escolas da rede estadual.

As tentativas de redução não são novas. No ano passado, o governador Alckmin propôs no orçamento uma redução de 26%, redução que não foi aceita pelos deputados.

Não há e não houve uma política de democratização da gestão educacional: fortalecimento dos conselhos de escola, dos grêmios estudantis, de aperfeiçoamento do Conselho Estadual de Educação.

Soma-se a todas estas razões, a falta de uma política de democratização efetiva da gestão da educação.

O governo do PSDB em São Paulo perdeu uma extraordinária oportunidade de construir um Plano Estadual de Educação com os vários segmentos da sociedade, envolvendo as redes pública e privada de educação básica e ensino superior, todos os municípios e o governo federal visando o acesso e a qualidade de todos os níveis e modalidades de ensino e o desenvolvimento social e econômico do Estado de São Paulo.

O Plano Estadual de Educação foi elaborado de maneira autoritária e centralizada, tão ao gosto do PSDB, sem a devida e necessária participação da sociedade. Não houve incentivo ao fortalecimento dos Conselhos de Escola, ao aperfeiçoamento do Conselho Estadual de Educação.

O governo tucano reduziu as verbas da Educação

A Comissão Parlamentar de Inquérito da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, que investigou irregularidades praticadas pelo governo do PSDB no que se refere à utilização das verbas destinadas à Educação, verificou que o

desvio de recursos para outras finalidades foi além de R\$ 5 bilhões entre os anos de 1995 e 2000.

Foram constatadas, por exemplo, a destinação de R\$ 340 milhões para pagamento de despesas do Jardim Zoológico de São Paulo e atividades de turismo.

As conclusões da CPI foram examinadas pelo Ministério Público (MP), que determinou a devolução do dinheiro à educação. Isso até hoje não ocorreu. O Tribunal de Contas do Estado considerou, por sua vez, os gastos com educação regulares.

Agenda

18/10 **Entrevista para o Jornal da Record, às 18h40**

19/10 **Lula participa de debate no SBT, às 21h**

Leia também

» **Datafolha: Lula dispara e abre 20 pontos de frente** [\[+\] Leia mais](#)

» **Lula recebe apoio de artistas, intelectuais e artistas** [\[+\] Leia mais](#)

» **Lula no Rio: "Até o avião eles querem privatizar"** [\[+\] Leia mais](#)



Clique para visitar o site oficial da campanha de Lula, clique no botão ao lado ou digite no navegador: www.lula13.org.br

Antivirus é um boletim publicado sob responsabilidade da coordenação de internet da campanha Lula. **Coord. geral:** Marco Aurélio Garcia. **Coord. de internet:** Valter Pomar. Em caso de problemas com a visualização leia o boletim [neste link](#).

Caso você não queira mais receber este boletim [clique aqui](#) ou mande uma mensagem para faleconosco@lula13.org.br com o assunto "Cancelar envio".